



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONCURSO PÚBLICO
CARGO: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVAS OBJETIVAS – PRIMEIRA FASE (Aplicação: 2/6/2001)

Nas questões de 1 a 55, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Na Folha de Respostas, a indicação do campo **SR** é facultativa e não contará para efeito de avaliação; servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta.

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 1

1 O século XX, tendo sido um século de violências, de
intolerância, de insânia, foi também um século da resistência.
No passado, era mais fácil identificar a barbárie e separá-la da
4 lucidez. Os homens de inteligência eram, em geral, os defensores do
humanismo. A contrafação do cristianismo, durante a Idade Média,
que levaria à Inquisição e ao racismo de natureza religiosa,
7 encontrava, mesmo dentro da Igreja, as vozes de resistência. Não se
apelava para o crime em nome da ciência profana; apelava-se em
nome de Deus. Em nosso tempo, em apropriação estúpida do
10 conhecimento, a apologia do crime se apropria da lógica enganosa,
para reduzir-se à prática banal. A dupla universalização, mediante
a presunção científica e a vulgarização dos meios de comunicação,
13 teria levado o século a sucumbir na barbárie mais tenebrosa, se não
fosse a resistência da razão. E o que é a razão, no fundo de si
mesma, senão a solidariedade da espécie, ou, em sua sublimação, o
16 amor que todas as grandes religiões do mundo nos pedem?

Mauro Santayana. **O século da resistência**. In: Washington Araújo (Coord.).
Quem está escrevendo o futuro? Brasília: Letraviva, 2000, p. 268 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- I A expressão “No passado” (R.3) refere-se ao século XX.
- II O termo “contrafação do cristianismo” (R.5) está sendo utilizado no sentido de **outras religiões que se opunham ao cristianismo**.
- III O uso do futuro do pretérito em “teria levado” (R.13) deixa implícita a idéia de que a ação não chegou a ocorrer.
- IV A estruturação das idéias no texto opõe:
- | | | |
|---|---|--|
| violência, intolerância, insânia,
barbárie | a | resistência, lucidez, inteli-
gência, humanismo, razão. |
|---|---|--|
- V O texto coloca como idéias afins ou equivalentes: a razão, a solidariedade da espécie e o amor.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1. B 2. C 3. D 4. E 5.

QUESTÃO 2

Assinale a opção em que o uso dos sinais de pontuação está **incorreto**.

- A A mais perfeita das metáforas, para a vida dos homens é a da viagem, e a mais bela narração de uma viagem é a da Odisséia.
- B Toda viagem — disse-nos Homero, ao narrar as aventuras do rei de Ítaca — é um retorno. A busca da pátria perdida ou a procura de um objeto sagrado, como o velocino de ouro dos argonautas ou o Santo Graal dos cavaleiros cristãos, é sempre um retorno.
- C As peripécias de Ulysses são o prefácio da grande aventura do Ocidente, da mesma forma que a peregrinação do povo hebreu, de volta à Palestina, é o encontro da Terra da Promissão. A promessa, para Moisés, era a origem; o fim da viagem, para Ulysses, era a sua própria casa.
- D Joyce conseguiu que o seu Ulysses comum refizesse, em um só dia de 1904, a demorada viagem do herói grego, com todas as suas aventuras resumidas na paisagem cinzenta de Dublin.
- E Todos os séculos são o esforço de retorno, a busca da inocência perdida, mas em cada nova centúria essa idéia se torna mais forte. Podemos dizer que resistir é retornar.

Opções adaptadas de Mauro Santayana. **O século da resistência**. In: Washington Araújo (Coord.). **Quem está escrevendo o futuro?** Brasília: Letraviva, 2000, p. 268-9.

QUESTÃO 3

1 O inventário da última metade do século XX
registra muito mais conquistas no plano civil e político que
no econômico e social, o que nos deixou inadimplentes
4 nesse último conjunto de direitos que agora clamam seu
resgate.

Os compromissos estabelecidos no Direito
7 Internacional pelas nações com relação aos direitos
econômicos, sociais e culturais não são novos. Vêm sendo
esboçados desde o advento do Iluminismo, afirmaram-se
10 na Revolução Francesa, foram impulsionados pela luta
socialista e democrática ao longo do século que finda e se
encontram, hoje, incorporados a declarações e pactos
13 internacionais. O desafio, agora, é convertê-los em
realidade. Será necessária uma longa e penosa batalha,
pois, se ainda há intolerância em matéria de diferenças
16 étnicas, confissão religiosa e pensamento político,
pairando sempre como ameaça aos direitos civis e
políticos, não há dúvida de que o barbarismo econômico,
19 vigente e dominante, reagirá contra a bandeira da
implementação dos direitos econômicos, sociais e culturais
da humanidade.

Nilmário Miranda. *Direitos humanos em transição*. In: Washington Araújo (Coord.).
Quem está escrevendo o futuro? Brasília: Letraviva, 2000, p. 282 (com adaptações).

A respeito da redação e da expressão das idéias do texto
acima, julgue os itens seguintes.

- I As informações iniciadas pelas formas verbais: “Vêm sendo” (R.8), “afirmaram-se” (R.9), “foram impulsionados” (R.10) explicam que os compromissos “não são novos” (R.8).
- II Em “convertê-los” (R.13), o pronome enclítico refere-se a “pactos internacionais” (R.12-13).
- III Pode-se inferir das informações do texto que os direitos econômicos, sociais e culturais já alcançaram o mesmo grau de implementação que os direitos civis e políticos.
- IV A expressão “barbarismo” (R.18) relaciona-se, de forma figurativa, às idéias de **voracidade, crueldade, desumanidade, selvageria**.
- V A palavra “bandeira” (R.19) está sendo utilizada com o sentido de **causa, idéia-guia, iniciativa em defesa, corrente de pensamento**.

Estão certos apenas os itens

- A I e II. D II, III e V.
B I, IV e V. E I, III, IV e V.
C II, III e IV.

QUESTÃO 4

1 Ao fracasso das ideologias que preconizaram o crescimento
econômico ilimitado como meio de superar a pobreza, quer pela via
do socialismo real, quer pelo neoliberalismo, sobreveio o
4 reconhecimento da Declaração Universal e dos pactos que lhe
sucederam como referências para a instauração de um sistema global
de segurança econômica, social e cultural, estendido aos pobres e às
7 gerações futuras. O modelo estava evidentemente exaurido. Após
décadas de crescimento, os problemas se agravaram: o desemprego
estrutural estimado em 1,2 bilhão de pessoas, a desintegração das
10 sociedades africanas, o intolerável trabalho infantil para 300 milhões
de crianças, a superexploração de recursos naturais, as dívidas
externas impagáveis que esmagam as nações do Sul, a liberdade
13 absoluta para o fluxo internacional de capitais em detrimento de
grupos populacionais, entre outros problemas, representam hoje um
legado desse modelo.

Idem, p. 284.

Com relação ao emprego das palavras e expressões e da pontuação no
texto acima, assinale a opção **incorreta**.

- A A conjunção “quer (...) quer” (R.2-3) pode ser substituída por **seja (...)** **seja** sem prejuízo para a correção gramatical do período.
- B Na linha 4, o pronome “lhe” refere-se a “Declaração Universal”.
- C As expressões “O modelo” (R.7) e “desse modelo” (R.15) referem-se à idéia de “crescimento econômico ilimitado como meio de superar a pobreza” (R.1-2).
- D O sinal de dois-pontos (R.8) pode ser substituído por ponto final, e o período subsequente (iniciando-se, então, com artigo “o” em letra maiúscula) permanece sintaticamente correto.
- E A palavra “detrimento” (R.13) tem, no texto, o sentido de **benefício**.

QUESTÃO 5

Assinale a opção em que o fragmento de texto está de acordo com as
exigências de correção gramatical da língua escrita padrão.

- A A crise social opõem ricos e pobres como nunca antes na humanidade. O processo produtivista, com a utilização das tecnologias de automação, consegue produzir bens e serviços com extrema rapidez e em escala crescente.
- B Entretanto, tais bens são apropriados exclusivamente por pequenas elites de países ou de classes sociais dentro de países dependentes e pobres. Essa lógica representa uma incomensurável injustiça e o aprofundamento do fosso entre os que tem e os que não tem.
- C Há o risco real de que ocorra uma bifurcação na humanidade. Por um lado, os que se aproveitam dos avanços da biotecnologia e vive até cento e trinta anos cercado por todas as benesses e, por outro, as grandes maiorias condenadas a penar sob todo tipo de carências e morrendo como sempre morreram, isto é, antes do tempo.
- D A gravidade não reside apenas no abismo perverso entre uns e outros, mas na falta de sensibilidade humanitária. É parco o sentido de solidariedade e de responsabilidade em relação ao próximo e semelhante.
- E Pertence a lógica do sistema privilegiar o indivíduo, premiar seu desempenho e impôr um regime de apropriação privada dos bens produzidos pelo trabalho de todos. Tal lógica cria inevitavelmente desigualdades: acumulação de um lado e pobreza de outro.

Opções adaptadas de Leonardo Boff. *A perigosa travessia para a república mundial*.
In: Washington Araújo (Coord.). *Quem está escrevendo o futuro?* Brasília: Letraviva, 2000, p. 219.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 6

Acerca da hermenêutica constitucional, do poder constituinte, da mudança da Constituição da República e do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- A Considerando que entre as normas constitucionais há várias que consubstanciam princípios e, portanto, são dotadas de elevada carga axiológica, o intérprete-aplicador do direito, ao lidar com a Constituição, deve estabelecer hierarquia entre aquelas normas; disso decorre a conclusão, amplamente aceita na doutrina e na jurisprudência brasileiras, de que há normas constitucionais originárias inconstitucionais.
- B Embora caiba ao poder constituinte originário produzir novo texto constitucional, há certos princípios e regras estruturantes do sistema jurídico-político de um país que não podem ser ignoradas, razão por que aquele poder sofre determinadas limitações especiais, no plano do direito interno.
- C O poder constituinte derivado é largamente limitado em seu exercício pelo poder constituinte originário e, no ordenamento constitucional de 1988, cabe ao primeiro produzir as variadas normas previstas no capítulo constitucional que rege o processo legislativo.
- D A despeito de o poder constituinte agir na construção do próprio ordenamento jurídico constitucional, é juridicamente admissível que normas por ele produzidas se submetam a controle de constitucionalidade, tanto na via concentrada quanto na difusa, de modo que, no segundo caso, é juridicamente possível que um juiz singular deixe de aplicar norma elaborada pelo poder em questão.
- E O Poder Executivo está integralmente subordinado, antes de tudo, ao princípio da legalidade, de maneira que a doutrina brasileira não admite, em nenhuma hipótese, que ele deixe de aplicar norma legal, ainda quando esta padeça de inconstitucionalidade; soma-se a isso o fato de que a competência para o exercício do controle de constitucionalidade é exclusivamente do Poder Judiciário.

QUESTÃO 7

Quanto ao controle de constitucionalidade, à mudança da Constituição e aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- A O direito brasileiro não conhece nenhum modo de controle preventivo de constitucionalidade.
- B No controle difuso de constitucionalidade, é indispensável, para que o juiz reconheça a inconstitucionalidade da norma e deixe de aplicá-la ao caso sob análise, que o autor expressamente inclua a declaração de inconstitucionalidade como um dos pedidos da ação.
- C Mesmo do ponto de vista prático, juridicamente não são idênticas as limitações circunstanciais e as temporais ao poder de reforma constitucional.
- D O Supremo Tribunal Federal (STF) não conhece ações diretas de inconstitucionalidade (ADIns) que visem declarar a inconstitucionalidade de resoluções de órgãos ou entes do poder público, porquanto elas não são atos normativos primários, mas meros atos administrativos, de cunho normativo limitado.
- E Devido ao *status* constitucional dos direitos fundamentais e à natureza que a Constituição lhes deu de cláusula pétreia, imune à reforma constitucional, é juridicamente correto afirmar que aqueles direitos têm caráter absoluto no ordenamento jurídico, razão pela qual não podem sofrer abrandamentos por parte do legislador ordinário.

QUESTÃO 8

Em relação aos direitos fundamentais e aos direitos políticos, assinale a opção correta.

- A Não obstante a supremacia constitucional dos direitos fundamentais, admite-se, no direito brasileiro, em certos casos, limitação de sexo e de idade nas normas de seleção de candidatos ao serviço público.
- B Considere a seguinte situação hipotética.
Bernardo exercia sua atividade profissional na própria residência, para economizar custos. Ele tornou-se suspeito de haver cometido estelionato e crime contra a ordem tributária e, no curso do inquérito policial, uma equipe de policiais compareceu ao endereço do suspeito para procurar provas do crime, aonde chegou em torno de 17 h. Bernardo, no entanto, não permitiu o ingresso dos policiais no escritório. A equipe de investigação, embora não dispusesse de ordem judicial, entendeu que o lugar havia sido desnaturado como casa, devido à atividade profissional de Bernardo, e, por isso, entrou contra a vontade dele, para a busca de provas.
Nessa situação, foi correto o entendimento da equipe de investigação, pois realmente o local onde Bernardo trabalhava não estava ao abrigo da proteção constitucional à casa.
- C Considere a seguinte situação hipotética.
Luciana, maior e capaz, foi noiva de Abílio durante algum tempo e, em comum acordo com ele, engravidou. Após o nascimento da criança, no entanto, Abílio, vergonhosamente, não reconheceu o filho. Luciana, representando a criança, pretendia ajuizar ação de investigação de paternidade em face de Abílio e sabia, por meio de amigos, que ele andava aconselhando-se com algumas pessoas acerca desses fatos. Por essa razão, Luciana ajuizou medida cautelar para a produção de prova e requereu que fosse autorizada a interceptação das comunicações telefônicas de Abílio. O juiz de direito reputou relevantes os argumentos de Luciana e deferiu o pedido, evidentemente sem a oitiva da parte contrária, para não frustrar a diligência.
Nessa situação, em face da autorização judicial, a degravação das conversas telefônicas de Abílio poderá ser validamente usada como prova na ação de investigação de paternidade.
- D Considere a seguinte situação hipotética.
Johann e Helga eram alemães natos e residentes em Hamburgo, na Alemanha. Helga encontrava-se grávida e, durante férias que o casal passava no Brasil, Helga deu à luz uma criança, a qual nasceu em Recife e a que chamaram Gustav.
Nessa situação, diante da Constituição brasileira, Gustav não é brasileiro nato, devido a seus pais serem alienígenas e não residirem neste país.
- E No direito constitucional brasileiro, o sufrágio submete-se a certos requisitos, como o alistamento eleitoral, a nacionalidade e a idade mínima; por essas razões, o sufrágio no Brasil não é do tipo universal.

QUESTÃO 9

A respeito da organização do Estado brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- I O Brasil é um Estado federal, o que significa que as unidades da Federação não detêm soberania, mas autonomia, pois a primeira é exercida apenas pelo ente central, a União; em consequência, no conflito entre normas estaduais e da União, as desta deverão ter prevalência.
- II As competências da União previstas na Constituição de 1988 são enumeradas de maneira expressa e têm caráter privativo, razão por que não são passíveis de delegação.
- III Embora a Constituição haja estatuído que as comissões parlamentares de inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, a jurisprudência dos tribunais brasileiros, notadamente a do STF, consolidou-se no sentido de que esses poderes não incluem o de prender alguém, ainda que em flagrante delito, caso em que deverá a comissão solicitar a interveniência do Poder Judiciário.
- IV Apesar de certa prevalência da União na repartição de competências e do fato de esta ser o ente central da Federação brasileira, a atuação dela, no plano das competências concorrentes, limita-se à edição de normas gerais.
- V Na repartição das competências, a Constituição outorgou aos prefeitos municipais foro por prerrogativa de função nos tribunais de segundo grau; pela organização do Poder Judiciário brasileiro, se um prefeito, no exercício do mandato, perpetrar crime de competência da justiça federal, a ação penal deverá ser julgada pelo respectivo Tribunal Regional Federal; se o mesmo ato configurar improbidade administrativa, também caberá ao Ministério Público Federal processá-lo, caso em que a ação por improbidade deverá ser ajuizada no primeiro grau da justiça federal, pois a prerrogativa de função não alcança esse processo.

Estão certos apenas os itens

- A I e III. C II e III. E IV e V.
- B I e IV. D II e V.

QUESTÃO 10

No atinente ao Poder Executivo, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário, à política agrícola e fundiária e à disciplina constitucional do ambiente, assinale a opção correta.

- A O processo de impedimento (*impeachment*) do presidente da República pode ser iniciado por meio de acusação oferecida por qualquer cidadão brasileiro no gozo de seus direitos políticos, tanto para os crimes de responsabilidade propriamente ditos quanto para os crimes comuns praticados pelo chefe do Poder Executivo federal no exercício do mandato.
- B Considere a seguinte situação hipotética.
Ester era promotora de justiça em estágio probatório e promoveu, fundamentadamente, o arquivamento de um inquérito policial. O juiz competente discordou da promoção de arquivamento e remeteu o inquérito ao procurador-geral. Este veio a concordar com o juiz e, por Ester ainda não ter vitaliciedade, devolveu os autos para que ela mesma oferecesse denúncia.
Nessa situação, mesmo em estágio probatório, Ester não poderia ser compelida a agir contra sua independência funcional, razão por que não deveria oferecer a denúncia.
- C Considerando que o crime de homicídio está previsto no Código Penal Militar, se um civil cometesse homicídio contra policial militar que se encontrasse a serviço, e se o crime fosse em razão da função pública, o responsável deveria ser julgado pela justiça militar estadual.
- D Se um grupo numeroso de trabalhadores sem-terra promover manifestação pacífica com o fito de obter a desapropriação de terras improdutivas para fins de reforma agrária, o governador do estado poderá expedir decreto para essa finalidade, caso em que a indenização deverá ser prévia, justa e paga com títulos da dívida agrária resgatáveis em até vinte anos, sendo que as benfeitorias úteis e necessárias deverão ser obrigatoriamente pagas em dinheiro.
- E Considere a seguinte situação hipotética.
A Assembléia Legislativa de Roraima aprovou lei, que veio a ser sancionada e publicada pelo governador do estado, declarando dispensável estudo prévio de impacto ambiental para empreendimentos agrícolas de grande porte nas áreas de floresta do estado.
Nessa situação, a lei estadual será válida, desde que haja seguido regularmente os trâmites do processo legislativo, uma vez que decorre do exercício da autonomia legislativa dos estados-membros da Federação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 11

No que tange à administração pública, assinale a opção correta.

- A Se a autoridade administrativa fundamentar ato de maneira logicamente incoerente, até parcialmente incompreensível, insensata enfim, o ato poderá ser invalidado por ofensa, em particular, ao princípio da proporcionalidade.
- B Se, ao praticar determinado ato, a autoridade administrativa desatender ao escopo previsto na lei que especificamente o regia, mas, por outro lado, findar por satisfazer algum outro interesse público relevante, não se poderá invalidar o ato por ofensa ao princípio da finalidade.
- C Em virtude da rigorosa disciplina constitucional e legal da administração pública, tanto nos casos de desvio de finalidade quanto nos de excesso de poder, o ato administrativo deve ser integralmente invalidado.
- D Com as mudanças constitucionais e legais dos últimos anos, passou-se a falar na existência das chamadas agências executivas, a exemplo da Agência Nacional do Petróleo e da Agência Nacional de Telecomunicações; a doutrina administrativista brasileira tem-se firmado no sentido de que essas agências são atributos das empresas públicas, fundações públicas ou autarquias, conforme o caso.
- E Embora os princípios constitucionais da administração pública se apliquem a todos os entes e órgãos dela, isso ocorre com peculiaridades em função da finalidade do ente ou órgão, como ocorre com as empresas estatais exploradoras de atividade econômica; ademais, esses princípios não são absolutos, pois, em várias hipóteses, prevêm atenuações à própria aplicabilidade, como no caso do princípio da exigibilidade de licitação.

QUESTÃO 12

Relativamente aos atos administrativos, assinale a opção **incorreta**.

- A Se um ato administrativo completou as etapas de sua formação, isto é, se está perfeito, e se surgiu em harmonia com o ordenamento jurídico, ou seja, se é válido, será também eficaz.
- B Em princípio, os atos administrativos que outorgam direitos ao administrado não são dotados de imperatividade.
- C Mesmo em atos administrativos praticados no exercício de poder vinculado, pode haver margem para algum grau de discricionariedade.
- D Se a autoridade administrativa constata que praticou ato administrativo na suposição de existirem certas condições de fato, que, na realidade, inexistiam, e se vem a “tornar sem efeito” o ato praticado nessas circunstâncias, tem-se aí caso de invalidação, a despeito da terminologia não-técnica.
- E O controle jurisdicional da administração pública não precisa ser, necessariamente, posterior ao ato administrativo, isto é, pode ocorrer mesmo que o ato a ser controlado nem mesmo ainda exista.

QUESTÃO 13

Com referência ao controle dos atos administrativos, ao poder de polícia e aos serviços públicos, assinale a opção correta.

- A Apenas por meio dos remédios próprios do controle concentrado de constitucionalidade se pode atacar diretamente uma lei sob o fundamento de contrariedade por parte dela ao ordenamento jurídico; em consequência, um cidadão comum não pode ajuizar ação para pedir a invalidação de uma lei.
- B O dever de os servidores públicos estarem sujeitos a certa jornada de trabalho é exemplo do exercício válido do poder de polícia.
- C A administração pública, ao exercer o poder de polícia, tanto pode agir para prevenir atividades particulares lesivas ao interesse público como pode atuar para paralisar atividades já iniciadas, de maneira que, nesses casos, a administração não precisa necessariamente recorrer ao Poder Judiciário para defender o interesse coletivo.
- D Uma das características essenciais das concessões de serviço público consiste em o concessionário remunerar-se por meio de tarifa cobrada dos usuários; desse modo, se o poder concedente transferir valores para o concessionário com a finalidade de subsidiar a exploração do serviço, essa circunstância desnaturará a relação jurídica de concessão.
- E A característica essencial da permissão, tanto na doutrina quanto na legislação que disciplina as relações jurídicas assim denominadas, é a precariedade do vínculo jurídico, que permite à administração pública encerrá-lo a qualquer tempo, desde que fundamentadamente.

QUESTÃO 14

No que respeita às licitações, aos contratos administrativos e aos agentes públicos, assinale a opção correta.

- A A fim de não limitar abusivamente o direito dos agentes econômicos de contratar com o Estado por meio da licitação, a administração pública não pode elaborar o instrumento convocatório de modo a limitar as propostas a determinada marca do bem que precisa adquirir.
- B Apenas a União pode legislar acerca de licitações.
- C Com o fito de não haver burla à legislação das licitações, é vedada a transferência do objeto do contrato administrativo, no todo ou em parte, para outrem.
- D Se, no curso da execução de determinado contrato administrativo, o poder contratante atrasar, por longo período, os pagamentos devidos ao contratado, essa circunstância não caracterizará, para a doutrina administrativista, o chamado fato do príncipe.
- E A despeito de divergências terminológicas e formais, é juridicamente correto afirmar que, do ponto de vista do direito administrativo positivo, são substancialmente equivalentes os regimes jurídicos aplicáveis aos agentes públicos ocupantes de cargos e de empregos públicos.

QUESTÃO 15

No que se refere aos agentes públicos, à proteção dos interesses difusos e coletivos e à responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- A Se um agente público for processado criminalmente sob a acusação de haver praticado determinado ato ilícito e vier a ser absolvido, esse fato impedirá que o servidor seja punido na esfera administrativa, uma vez que prevalece no direito administrativo brasileiro a prejudicialidade da esfera penal sobre as demais.
- B Ainda que um indivíduo não ocupe cargo público, em certas circunstâncias poderá receber o mesmo tratamento jurídico que os servidores públicos, até em aspectos atinentes à responsabilidade civil e penal.
- C Entre os órgãos e entes públicos, apenas o Ministério Público, estadual ou federal, a União, os estados e os municípios têm legitimidade para ajuizar ação civil pública em defesa de direitos e interesses difusos e coletivos; além desses, podem também propor a ação associações constituídas há pelo menos um ano e que tenham a finalidade de proteger esses interesses e direitos.
- D O fundamento da responsabilidade civil do Estado é o dano, que decorre de ato ilícito, razão por que aquela responsabilidade não surge quando o poder público tenha agido de maneira lícita.
- E As antigas fórmulas “*The king can do no wrong*”, sua equivalente francesa “*Le roi ne peut mal faire*” ou, em português, “O rei não pode errar” são associadas à teoria da responsabilidade objetiva do Estado, uma vez que elas significam a desnecessidade de aferir o elemento subjetivo da autoridade pública como requisito para dar causa à responsabilidade estatal.

DIREITO CIVIL**QUESTÃO 16**

À luz do Código Civil e da doutrina, julgue os itens abaixo.

- I Coisas esbulhadas podem ser objeto de compensação.
- II A dação em pagamento caracteriza-se pela substituição da prestação devida, sem a anuência do credor.
- III A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, de coisas fungíveis e infungíveis.
- IV As coisas provenientes de comodato não podem ser objeto de compensação.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0. B 1. C 2. D 3. E 4.

QUESTÃO 17

Com base no disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os seguintes itens.

- I O Ministério Público possui legitimidade para propor ação de perda do pátrio poder.
- II A decretação da suspensão do pátrio poder pode ocorrer liminarmente.
- III A morte dos adotantes restabelece o pátrio poder dos pais naturais.
- IV A adoção é revogável.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0. B 1. C 2. D 3. E 4.

QUESTÃO 18

Com relação ao direito das coisas, previsto no Código Civil, assinale a opção correta.

- A Ao possuidor de má-fé é assegurado o direito de retenção da coisa principal, pelo valor das benfeitorias voluptuárias e necessárias.
- B A acessão é modo derivado de aquisição da propriedade imobiliária.
- C O possuidor de má-fé só responde pela deterioração da coisa se lhe houver dado causa.
- D O possuidor de boa-fé poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias úteis e necessárias.
- E É direito do usufrutuário alienar a coisa para quem quiser.

QUESTÃO 19

Paulo, menor de dezesseis anos de idade, dirigindo embriagado, atropelou Fabíola, maior de 21 anos de idade, tendo agido com culpa. Antônio, pai de Paulo, possuidor de capacidade plena, proibiu seu filho de dirigir a partir daquele momento, pois, antes, deixava a chave do carro à disposição de Paulo.

Na situação hipotética apresentada,

- A Fabíola poderá pleitear indenização somente contra Paulo.
- B Fabíola poderá pleitear indenização tanto de Paulo como de Antônio.
- C Fabíola não poderá pleitear indenização de Paulo, pois ele é menor púbere.
- D restou caracterizada a figura da responsabilidade civil contratual que une o pai ao filho.
- E não se configurou responsabilidade civil aquiliana.

QUESTÃO 20

José, com dezoito anos de idade, casou-se com Maria, de dezesseis anos de idade, com o consentimento dos pais de ambos e seguindo todas as formalidades legais. Depois de terem morado em imóvel alugado por cinco meses, após o casamento, José deseja, no momento, adquirir uma casa para sua família.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A José deverá ser assistido por alguém para realizar o ato jurídico de compra da casa, pois é relativamente capaz.
- B José deverá ser representado por alguém para realizar o ato jurídico de compra da casa, pois é absolutamente incapaz.
- C José poderá realizar o ato jurídico de compra da casa sem o auxílio de terceiros, pois tem capacidade de direito e de fato.
- D Se o casamento de José e Maria for dissolvido pelo divórcio, ambos voltarão à condição de relativamente incapazes.
- E Para que José adquira a casa, deverá ter o consentimento de Maria, sob pena de o ato ser invalidado por nulidade.

QUESTÃO 21

- I João comprou de Pedro um relógio dourado, que Pedro afirmou ser de ouro, com o objetivo de enganar João.
- II Alfredo adquiriu de Sebastião um relógio dourado, pensando ser de ouro, quando qualquer outra pessoa, nas mesmas circunstâncias objetivas e subjetivas, não cometeria tal erro. Sebastião nada afirmou acerca de o relógio ser de ouro.
- III Marcos comprou um relógio dourado, porque Joaquim o obrigou a fazê-lo apontando uma arma para sua cabeça.

Com base nas situações hipotéticas descritas acima e em face da legislação pertinente, assinale a opção **incorreta**.

- A Na situação I, João pode apenas pleitear a anulação do negócio jurídico, não podendo pedir indenização por perdas e danos.
- B Na situação II, Alfredo não pode pleitear a anulação do negócio jurídico.
- C Na situação III, o ato jurídico realizado é nulo de pleno direito, ou seja, nulidade absoluta.
- D Os defeitos do negócio jurídico existentes nas situações I e II não terão o mesmo efeito jurídico no plano da validade do ato jurídico.
- E Na situação III, há coação física (*vis absoluta*), faltando elemento essencial ao ato jurídico.

QUESTÃO 22

- I Lúcio matou Bruno, esposo de Mira. Em seguida, Lúcio casou-se com Mira.
- II Ana, viúva de Mário, com ele teve dois filhos. Antes de realizada a partilha dos bens de Mário para seus filhos, Ana apaixonou-se por Sílvio e casou-se com ele.
- III Marta, com treze anos de idade, casou-se com Miguel, de 21 anos de idade, tendo os pais de ambos consentido com o casamento.

Com base nas três situações hipotéticas apresentadas acima e à luz da legislação civil aplicável, assinale a opção correta.

- A Na situação I, o casamento só será desfeito se Mira for contrária a sua continuação.
- B Na situação II, o casamento é passível de anulação.
- C Na situação III, o casamento é válido, não podendo ser desfeito.
- D Na situação I, há um impedimento dirimente absoluto, sendo o casamento nulo.
- E Nas situações I e II, há impedimento impeditivo.

QUESTÃO 23

Com base na legislação pertinente, julgue os itens a seguir.

- I Viviane é amante de Lucas, que é casado com Cida e com esta vive normalmente. Nessa situação, não pode haver união estável entre Viviane e Lucas, mesmo que Cida aceite, expressamente, o relacionamento entre ambos.
- II Mara e Rubens convivem como marido e mulher há dez anos e, em decorrência dessa união, têm dois filhos comuns, não havendo qualquer impedimento para que se casem. Nesse caso, a união dos dois pode ser convolada em casamento.
- III Carlos e Alex, homossexuais, vivem juntos há dez anos. À luz da legislação vigente, a relação jurídica em apreço não pode ser de união estável, ainda que Carlos e Alex sejam solteiros.

Assinale a opção correta.

- A Apenas um dos itens está certo.
- B Apenas os itens I e II estão certos.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 24

O casal Ada e Jonas possuía três filhos homens; entretanto, o caçula, Fábio, faleceu, deixando uma filha, Fabiana. Posteriormente, Ada morreu, deixando bens.

Nessa situação hipotética e com base na legislação aplicável, em relação aos bens deixados por Ada,

- A Fabiana tem direito a herdar, juntamente com os tios, por direito de representação.
- B cada um dos tios receberá metade dos bens deixados.
- C Fabiana teria direito a herdar, caso Fábio não tivesse morrido.
- D Fabiana tem direito a herdar, mas seu quinhão hereditário será menor que os de seus tios.
- E Fabiana não é considerada herdeira, pois só os são os seus tios por parte de seu pai.

QUESTÃO 25

Luna, solteira, conviveu por mais de cinco anos com Benício, casado, até o momento em que aquela deu à luz o filho comum Lauro. Nesse momento, Benício abandonou definitivamente Luna e Lauro para viver exclusivamente com sua esposa, da qual nunca se afastara. A convivência sempre tinha sido ocultada dos amigos dos conviventes. Lauro, representado por Luna, propôs ação de investigação de paternidade, que foi julgada procedente, encontrando-se em grau de recurso. Luna, ao ficar desempregada, ingressou com pedido de alimentos para ela e para a criança.

Na situação hipotética apresentada, o promotor de justiça, no parecer relativo aos alimentos requeridos e com base na legislação em vigor, deveria officiar pelo

- A deferimento dos alimentos para mãe e filho, em face do previsto na Lei n.º 9.278/1996.
- B indeferimento de ambos os pedidos, porque o filho adulterino não tem direito a alimentos.
- C deferimento apenas de alimentos provisionais quanto ao filho, e pelo indeferimento quanto à ex-convivente, pois, na união estável, não é possível pleitear alimentos.
- D indeferimento de alimentos definitivos ao filho, pelo fato de este estar morando com a mãe.
- E deferimento de alimentos ao filho e pelo indeferimento quanto a Luna, porque as relações entre os ex-conviventes foram secretas e adulterinas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 26

A reforma de 1994 introduziu importante inovação no processo civil brasileiro: a possibilidade de concessão de tutela antecipada, instituto antes inexistente no país, e que visa distribuir, entre as partes, o ônus pela demora do processo, antes suportado unicamente pelo autor. Pela natureza liminar do provimento, muitos vieram a identificá-lo com os provimentos cautelares, de cognição sumária. Em relação aos institutos mencionados, julgue os itens abaixo.

- I O pedido de tutela antecipada é feito por petição escrita ao juiz da causa e processado em autos apartados, que serão apensados aos autos principais.
- II A ação cautelar deve ser pleiteada separadamente, sendo vedada a cumulação de pedidos principal e cautelar em um único processo.
- III A tutela antecipada somente pode ser concedida em causas que envolvam direitos patrimoniais.
- IV Admite-se que o juiz conceda tutela antecipada ao prolatar a sentença definitiva.
- V Não obstante diferirem quanto à forma, a profunda identidade existente entre as naturezas da tutela antecipada e da medida cautelar autoriza o autor a utilizar-se indistintamente de uma ou de outra medida, já que ambas objetivam a obtenção liminar do direito do autor.

Estão certos apenas os itens

- A I e III. C II e III. E IV e V.
- B I e V. D II e IV.

QUESTÃO 27

Com referência ao mandado de segurança e à ação popular, assinale a opção correta.

- A Nos mandados de segurança, é obrigatória, além da notificação da autoridade coatora, a intimação do procurador da pessoa jurídica de direito público que irá suportar os efeitos patrimoniais da decisão, para que esta possa ingressar como assistente litisconsorcial da parte.
- B A associação de classe é carecedora de ação para impetrar mandado de segurança na defesa de direito individual de seu presidente.
- C Denegado o mandado de segurança pela sentença, ou no julgamento de apelação contra ela interposta, continua vigorando a liminar concedida, até que se verifique o trânsito em julgado da decisão.
- D Ação popular pode ser proposta por associação de classe que tenha por objetivo a defesa dos interesses do cidadão e do consumidor.
- E Faz coisa julgada material a sentença que julga improcedente ação popular, por falta de provas, não podendo ser a ação renovada, com idêntico fundamento, ainda que se indiquem novas provas.

QUESTÃO 28

Em embargos de terceiro opostos por credor hipotecário para anular penhora sobre imóvel por ele financiado, único bem do devedor, em execução movida por condomínio contra condômino para recebimento de despesas condominiais, alegou-se ser inadmissível a incidência de penhora sobre imóvel financiado pelo Sistema Financeiro de Habitação e hipotecado em garantia da dívida, além de constituir bem de família, o que o torna impenhorável também por tal aspecto (Lei n.º 8.009/1990).

Acerca da hipótese apresentada acima e com base na legislação pertinente, julgue os itens a seguir.

- I Assiste razão ao embargante quando alega a impenhorabilidade do bem hipotecado, já que o Código de Processo Civil (CPC) considera impenhoráveis os bens hipotecados, dados em anticrese ou em penhor, a não ser em casos de execução movida pelo credor privilegiado.
- II Na situação em apreço, o imóvel penhorado, objeto de contrato de financiamento habitacional, é bem impenhorável, tendo em vista o caráter preponderantemente social de tal tipo de financiamento.
- III O bem que se pretende alcançado pela proteção da Lei n.º 8.009/1990, que instituiu o bem de família, pode ser objeto de penhora se a execução tiver por objeto o pagamento de obrigação decorrente de despesas de condomínio, que constitui obrigação *propter rem*.
- IV A penhora efetivada sobre o bem hipotecado não desconfigura o privilégio preferencial outorgado pela garantia hipotecária no momento da venda do bem em praça.
- V Supondo-se que a penhora tivesse sido efetivada antes da edição da Lei n.º 8.009/1990, a partir do momento em que esta entrou em vigor, estando a execução ainda em curso, se o juiz acolhesse a alegação da parte, de que o imóvel caracterizava-se como bem de família, poderia desconstituir a penhora sobre ele efetivada.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e IV. C I, III e V. E III, IV e V.
- B I, II e V. D II, III e IV.

QUESTÃO 29

Em relação à pluralidade de partes e à intervenção de terceiros, assinale a opção **incorreta**.

- A Investigatória proposta por dois irmãos, filhos da mesma mãe, contra o mesmo suposto pai, é hipótese de litisconsórcio ativo facultativo simples.
- B Falecendo o pai, qualquer dos filhos é parte legítima para propor ação de anulação de venda de ascendente a descendente, independentemente do consentimento dos demais. Procedente a demanda, os efeitos da sentença aproveitarão ao espólio, beneficiando, pela sobrepartilha, os demais herdeiros, embora inertes, por se tratar de litisconsórcio facultativo unitário.
- C Em ação de imissão na posse movida pelo arrematante de imóvel em hasta pública contra seus possuidores diretos, locatários do bem, pretendendo que a ação seja dirigida contra a locadora, que lhes transmitiu onerosamente a posse do bem e é responsável por eventuais prejuízos que venham a sofrer com a derrota no processo, devem alegar ilegitimidade passiva *ad causam* para serem excluídos do feito e promover a nomeação à autoria daquele que lhes locou o bem.
- D Tratando-se de pretensão à correção monetária nas contas vinculadas ao FGTS, se vários autores optarem por ingressar, conjuntamente, com a ação, o caso é de litisconsórcio facultativo simples, não havendo obrigatoriedade de decisão uniforme para todos. Assim, se a ação for julgada improcedente e apenas um dos autores recorrer, provido o recurso, apenas este será beneficiado pela decisão.
- E Em ação de reintegração de posse proposta pelo proprietário de imóvel rural contra o seu possuidor, arrendatário da gleba por contrato firmado com terceiro, que se apresentou a este como proprietário do referido imóvel, deve o réu denunciar a lide ao seu arrendante, possuidor indireto, para dele reaver os prejuízos decorrentes de eventual derrota na ação principal.

QUESTÃO 30

Julgue os seguintes itens, relativos à instrução probatória.

- I A desistência de testemunha arrolada pela parte independe do consentimento da parte contrária, ainda que esta alegue ter interesse em sua oitiva, só não a tendo arrolado porque a outra parte já o fizera.
- II Evidenciada a desnecessidade de produção de prova, deve o juiz intimar as partes para que se pronunciem acerca da conveniência e da oportunidade de julgar-se antecipadamente a lide, sendo vedado o julgamento antecipado se uma das partes for incapaz.
- III Juiz aposentado continua competente para proferir sentença nos processos nos quais presidiu a instrução, procedendo à colheita da prova.
- IV Cerceamento de defesa que não for apontado oportunamente gera preclusão.
- V Nula é a sentença proferida por juiz substituto quando o titular, que colhera a prova e concluíra a audiência, entrou de férias.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1. B 2. C 3. D 4. E 5.

QUESTÃO 31

Proposta ação de separação judicial pelo marido, residente em Brasília – DF, contra sua mulher, residente em Fortaleza – CE, foi a citação efetivada por carta em 2/3/2001, sexta-feira. Devolvida a precatória, foi esta juntada aos autos em 16/3/2001, sexta-feira. Em 9/4/2001, segunda-feira, a ré opôs exceção de incompetência de foro, que foi julgada procedente, determinando-se a remessa dos autos ao juízo do foro da residência da mulher.

Em face da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A Tendo a exceção sido oposta intempestivamente, deve ser provido eventual recurso interposto contra a decisão que acolheu a exceção, prorrogando-se a competência do juízo do foro de Brasília, que passa a ser competente para processar e julgar o feito.
- B O prazo para a oposição da exceção extinguiu-se em 19/3/2001, segunda-feira.
- C O juízo deprecado, convencido de que o foro competente para as ações de separação judicial é o da residência da mulher, diante da evidente incompetência do juízo deprecante e em observância ao princípio da economia processual, deveria, desde logo, ter recusado cumprimento à precatória.
- D O prazo para contestar somente começará a correr, em sua integralidade, a partir da data da intimação da decisão que julgar definitivamente a exceção, pois esta, uma vez oposta, acarreta a suspensão do processo.
- E Se o autor-excepto não se conformar com a decisão do juiz que julgou procedente a exceção, deverá interpor recurso de apelação.

QUESTÃO 32

Considerando a disciplina legal acerca de recursos, julgue os itens que se seguem.

- I Reconhece-se o interesse em recorrer ao réu que, embora tenha sido vitorioso, insurge-se contra a sentença que julgou improcedente por falta de provas a ação popular contra ele proposta, pleiteando que o tribunal modifique o fundamento da sentença recorrida para reconhecer a legalidade do ato impugnado, modificando, assim, o fundamento da sentença recorrida, embora mantendo a sua conclusão.
- II Cabe recurso de agravo de instrumento contra a decisão judicial que exclui um dos litisconsortes do feito, porque o processo continua entre as partes remanescentes.
- III Contra a decisão do juiz que acolhe ou desacolhe exceção de incompetência relativa deve ser suscitado conflito de competência pela parte prejudicada pela decisão.
- IV Sendo dispensável que o autor faça pedido expresso de condenação do réu em honorários de advogado, à vista dos termos imperativos do art. 20 do CPC — “a sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios” —, é lícito ao tribunal, em recurso de apelação, elevar a verba honorária, ainda que a parte não tenha manifestado recurso quanto a essa questão.
- V Havendo o juiz, antes de citar o réu, indeferido a inicial com base na ocorrência de prescrição, o tribunal, ao julgar a apelação interposta pelo autor, poderá, afastando a prescrição, converter o julgamento em diligência e julgar o mérito da causa, se a questão for unicamente de direito ou não necessitar de produção de prova.

Estão certos apenas os itens

- A I e II. C II e III. E IV e V.
B I e V. D III e IV.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 33

Julgue os itens abaixo, relativos à aplicação da lei penal.

- I A *abolitio criminis* é fato jurídico extintivo da punibilidade.
- II A medida provisória, por ter força de lei, pode definir crimes e impor penas.
- III O princípio da legalidade também vige em relação às medidas de segurança.
- IV Aplica-se a lei penal nacional nos crimes praticados em águas territoriais brasileiras, mesmo que a bordo de embarcações estrangeiras públicas.
- V As leis de vigência temporária (excepcionais e temporárias) não são ultra-ativas.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e V.
- E IV e V.

QUESTÃO 34

Manoel, sob o mando de Jorge e mediante a promessa de ter suas dívidas pecuniárias no comércio local saldadas, matou Osório. O crime foi perpetrado antes do advento da Lei n.º 8.930/1994, que inseriu o homicídio qualificado no rol dos crimes hediondos. Denunciados, pronunciados e submetidos a júri popular, Manoel e Jorge foram condenados, sendo que o último teve a pena privativa de liberdade reduzida em um terço, posteriormente substituída por tratamento ambulatorial, em face do reconhecimento da semi-imputabilidade. Na fase executória, foi extinta a punibilidade com relação a Jorge, ante a apresentação de uma certidão de óbito, que posteriormente ficou comprovado ser falsa.

Diante da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A Jorge praticou o crime de homicídio simples, e Manoel, homicídio qualificado mediante paga ou promessa de recompensa, em concurso de agentes.
- B Tendo o Código Penal adotado o sistema unitário ou vicariante, não poderia o juiz presidente substituir a pena privativa de liberdade imposta a Jorge por medida de segurança, mesmo que necessitasse de especial tratamento curativo.
- C Manoel terá de cumprir a pena privativa de liberdade integralmente em regime fechado, já que a Lei dos Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/1990) veda a progressão.
- D Consoante entendimento do STF, o juiz da Vara de Execuções não poderá desfazer a decisão que declarou extinta a punibilidade, admitindo por equívoco a morte de Jorge, sob pena de ofender a coisa julgada.
- E Manoel, por ser primário e não registrar antecedentes criminais, para preencher o requisito temporal do livramento condicional, terá de cumprir mais de um terço da pena privativa de liberdade.

QUESTÃO 35

Acerca do concurso de pessoas, assinale a opção correta.

- A Nos crimes culposos, não é admissível a co-autoria.
- B As circunstâncias ou condições de caráter pessoal (de natureza subjetiva) comunicam-se entre os fatos cometidos pelos participantes, desde que tenham ingressado na esfera de seu conhecimento.
- C As circunstâncias e condições objetivas não se comunicam aos partícipes.
- D Não pode o magistrado, na dosimetria da pena, tratando-se de concurso de pessoas, aplicar sanção penal de desigual intensidade aos sujeitos ativos da prática delituosa.
- E Inexiste desistência voluntária em concurso de pessoas se o co-réu, encarregado da consumação, comete o crime.

QUESTÃO 36

Em cada uma das opções abaixo, é apresentada uma situação hipotética acerca dos crimes contra o patrimônio, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

- A Brito efetuou ligação clandestina em sua residência, fazendo a captação de água da empresa concessionária e impedindo sua passagem pelo hidrômetro, dela usufruindo sem o pagamento de qualquer contraprestação. Nesse caso, Brito praticou o crime de estelionato.
- B Em lugar ermo, Técio, com a mão dentro da camisa, simulando portar uma arma de fogo, intimidou e subjugou Estefânia, subtraindo-lhe os pertences. Nesse caso, Técio responderá pelo crime de furto mediante fraude.
- C Mévio adentrou em um hipermercado e, após apoderar-se de todo o dinheiro existente nos caixas, foi surpreendido pelo vigia noturno. Para garantir o sucesso da fuga e assegurar a posse dos valores subtraídos, Mévio ameaçou o vigia com um revólver, chegando, inclusive, a efetuar disparos em sua direção. Nesse caso, Mévio responderá pelo crime de roubo impróprio.
- D Tadeu, frentista de um posto de gasolina e encarregado de receber os valores pagos pelos clientes, assenhorou-se da metade do dinheiro recebido em determinado dia e que estava em seu poder, sendo que, para descobrir a apropriação, emitiu notas fiscais falsas para pagamentos futuros. Nesse caso, Tadeu responderá pelo crime de estelionato.
- E Juvenal recebeu para conserto um veículo automotor e, sem anuência do proprietário, o alienou a terceiro, apropriando-se do numerário. Instaurado o inquérito policial, Juvenal providenciou a reparação do dano, entregando ao proprietário do veículo o dinheiro recebido com a venda. Nesse caso, diante do ressarcimento do prejuízo antes da denúncia, não restou configurado o crime de apropriação indébita.

QUESTÃO 37

Alves manteve conjunção carnal e cópula anal consentidas com Betânia, menor, de doze anos de idade. No mesmo dia, a genitora de Betânia tomou conhecimento do fato e compareceu a uma delegacia de polícia, onde prestou declarações perante a autoridade policial. Na ocasião, comprovou a idade da vítima e sua miserabilidade jurídica, solicitando providências em desfavor de Alves, mas não subscreveu nenhuma representação criminal.

De acordo com a situação hipotética apresentada e com a temática a ela pertinente, assinale a opção correta.

- A Por serem crimes do mesmo gênero, Alves praticou estupro e atentado violento ao pudor em continuidade delitiva.
- B O estupro e o atentado violento ao pudor, com violência ficta, são crimes hediondos.
- C Caso Alves seja condenado pela prática dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, pelo fato de a vítima não ser maior de quatorze anos de idade, a(s) pena(s) privativa(s) de liberdade será(ão) agravada(s) de metade, respeitado o limite superior de trinta anos de reclusão.
- D A representação, condição de procedibilidade da ação penal, prescinde de rigor formal, bastando a demonstração inequívoca do interesse da vítima, ou de seu representante legal, para que tenha início a persecução criminal.
- E Se, antes do oferecimento da denúncia, Alves desejar casar-se com Betânia, que, por ser menor de dezesseis anos de idade, não aceitar o matrimônio, ocorrerá a extinção da punibilidade.

QUESTÃO 38

Tício foi preso em flagrante delito quando alienava substância entorpecente a Alfredo, que a adquiria para uso próprio. Por ser primário e ter a seu favor as circunstâncias judiciais, Tício foi condenado, pelo tráfico ilícito de entorpecentes, à pena privativa de liberdade de três anos de reclusão, a ser cumprida integralmente em regime fechado. Alfredo, pelo crime de posse de entorpecente, foi condenado à pena privativa de liberdade de seis meses de detenção, a ser cumprida em regime aberto, e à pecuniária de vinte dias-multa.

A partir da situação hipotética apresentada e de acordo com a orientação dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir.

- I Tício terá direito à progressão de regime prisional, eis que a Lei de Tortura (Lei n.º 9.455/1997) admite a progressão, aplicando-se, em consequência, aos crimes elencados na Lei dos Crimes Hediondos.
- II A pena privativa de liberdade imposta a Tício, por não ser superior a quatro anos, poderá ser substituída por restritiva de direitos.
- III Por ser primário e ter bons antecedentes criminais, Tício preencherá o requisito objetivo temporal do livramento condicional após o cumprimento de um terço da pena privativa de liberdade.
- IV A pena privativa de liberdade imposta a Alfredo, por não ser superior a doze meses, poderá ser substituída por multa.
- V Intimado Alfredo para efetuar o pagamento da pena de multa e, transcorrido *in albis* o decêndio legal, competirá ao juiz comunicar à fazenda pública para que proceda à execução fiscal no juízo competente.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1. B 2. C 3. D 4. E 5.

QUESTÃO 39

Em cada uma das opções abaixo, é apresentada uma situação hipotética acerca dos crimes contra a administração da justiça, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

- A André apresentou um requerimento à autoridade policial, solicitando a instauração de inquérito policial contra César, seu vizinho, imputando-lhe o inadimplemento de um empréstimo de R\$ 2.000,00, fato que sabia não ter existido. Nesse caso, André praticou o crime de denúncia caluniosa.
- B Dorival compareceu perante a autoridade policial e assumiu a autoria de um latrocínio que tinha presenciado o seu enteado praticar e que estava sendo objeto de apuração. Na ocasião, movido por vingança, além de acusar-se, imputou falsamente a Hélio a co-autoria no crime, dando azo à indicição em inquérito policial. Nesse caso, Dorival responderá pelos crimes de auto-acusação falsa e denúncia caluniosa, em concurso material.
- C Após prestar compromisso como testemunha em processo-crime, Telma negou, perante a autoridade judiciária, a percepção de fatos narrados na denúncia que teve conhecimento direto. Na ação penal em que o testemunho foi prestado, a punibilidade do então acusado foi declarada extinta pela prescrição da pretensão executória. Nesse caso, a extinção da punibilidade afetará o prosseguimento do processo que apura o crime de falso testemunho.
- D Anita, testemunha arrolada na denúncia, foi interceptada pelo defensor do réu nas adjacências da sala de audiências, onde recebeu uma proposta de R\$ 3.000,00 para fazer afirmação falsa em depoimento que prestaria em juízo. A testemunha recusou de pronto a oferta e delatou o fato ao juiz. Nesse caso, como a oferta de dinheiro foi recusada por Anita, o defensor do réu responderá pelo crime de tentativa de corrupção ativa de testemunha.
- E Após praticar vias de fato em sua namorada no interior de um bar, Anísio, para subtrair-se à perseguição de policiais militares, pediu auxílio a Sinval, que o ocultou em sua residência e desviou a atenção dos agentes da força pública. Nesse caso, Sinval responderá pelo crime de favorecimento pessoal.

QUESTÃO 40

Em cada uma das opções abaixo, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

- A Um indivíduo ateou fogo em uma choupana distante e isolada, visando expor a perigo a integridade física e o patrimônio do casal de moradores. Nesse caso, o referido agente cometeu o crime de incêndio qualificado.
- B Um indivíduo falsificou, de forma idônea a iludir terceiro, reprodução fotográfica não-autenticada de cédula de identidade. Nesse caso, o indivíduo praticou o crime de falsificação de documento público.
- C Quatro indivíduos associaram-se com o fim específico de cometimento de furtos em residência. Passados alguns dias, subtraíram objetos do interior de uma residência, sendo presos em flagrante após terem a posse tranqüila e desviada da *res furtiva*. Nesse caso, e consoante entendimento do STF, os agentes responderão pelos crimes de quadrilha e furto simples, em concurso material.
- D Por meio do competente procedimento legal, comprovou-se que determinado agente habitualmente ministrava *passes* curativos e obrigava adultos e adolescentes a ingerirem sangue de animais e bebida alcoólica, colocando em perigo a saúde dessas pessoas e levando-as à dependência do álcool. Nesse caso, restou caracterizada a prática do crime de curandeirismo.
- E Abordado quando conduzia seu veículo automotor, um motorista apresentou uma carteira de habilitação falsificada, após solicitação do agente de trânsito. Nesse caso, como a carteira de habilitação não foi exibida espontaneamente pelo motorista, mas solicitada pela autoridade de trânsito, não ocorreu o crime de uso de documento falso.

QUESTÃO 41

Brena, agindo com *animus rem sibi habendi*, apropriou-se, em proveito próprio, de trezentos cartuchos de tinta para impressora, material de expediente do qual tinha a posse em razão do cargo em comissão de chefe de almoxarifado do órgão da administração pública direta em que trabalhava. Beto, marido de Brena e que não era funcionário público, contribuiu para a concretização da apropriação, mediante induzimento e auxílio material.

Na situação hipotética apresentada,

- A Brena responderá pelo crime de peculato-furto.
- B por ser o peculato crime próprio no tocante ao sujeito ativo, sendo indispensável a qualificação de funcionário público, Beto responderá pelo delito de furto.
- C caso Brena venha a ser condenada, incidirá a agravante genérica da violação de dever funcional.
- D caso Brena providencie a reparação do dano antes da sentença irreversível, ocorrerá a extinção da punibilidade.
- E pelo fato de Brena ocupar cargo em comissão de órgão da administração direta, caso venha a ser condenada, a pena privativa de liberdade será majorada da terça parte.

QUESTÃO 42

Assinale a opção correta a respeito das excludentes de antijuridicidade.

- A Admite-se a excludente de legítima defesa contra a conduta de um inimputável (doente mental ou menor de dezoito anos).
- B É aplicável, no crime de homicídio, a excludente do exercício regular de direito.
- C De acordo com a majoritária doutrina e jurisprudência, somente os bens suscetíveis de ofensa material podem ser protegidos pela legítima defesa.
- D É cabível a excludente do estrito cumprimento do dever legal nos crimes culposos.
- E O ataque de um animal bravo enseja a excludente da legítima defesa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**QUESTÃO 43**

Julgue os itens abaixo, relativos à aplicação da lei processual penal e da prova no processo penal.

- I Considere a seguinte situação hipotética.
Bento, policial militar, foi condenado pela justiça militar por ter praticado homicídio contra um civil. Transitada em julgado a sentença, Bento cumpria a reprimenda em estabelecimento subordinado à justiça castrense, quando adveio a Lei n.º 9.299/1996, que atribuiu à justiça comum a competência para os crimes contra a vida perpetrados por militar contra civil.
Nesse caso, Bento deve ser recambiado para estabelecimento prisional comum, e o processo executório encaminhado à justiça comum para julgar os seus benefícios.
- II O reconhecimento da menoridade, para efeitos penais, supõe a demonstração mediante certidão de nascimento ou documento idôneo.
- III Diante do princípio constitucional do contraditório, a prova emprestada produzida em processo formado por outras partes, por si só, é insuficiente para alicerçar uma sentença condenatória.
- IV É lícita a prova consistente em gravação de entrevista pessoal entre indiciados presos e a autoridade policial, incriminando terceiros.
- V É admissível a utilização, como prova, de gravação de diálogo transcorrido em local público.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1. B 2. C 3. D 4. E 5.

QUESTÃO 44

Félix foi preso e autuado em flagrante pela prática de tráfico ilícito de entorpecente. O órgão do Ministério Público ofertou denúncia, que foi rejeitada sob o argumento de que não continha os requisitos formais. Foi expedido alvará de soltura. Dessa decisão, houve recurso, que teve provimento com o recebimento da denúncia e o restabelecimento da custódia cautelar do réu. Concluída a instrução criminal, a pretensão punitiva do Estado foi julgada procedente e Félix foi condenado, com recomendação à prisão onde se encontrava. Irresignados com a sentença condenatória, o réu e seu defensor recorreram por cota nos autos, apondo suas assinaturas. Posteriormente, a defesa apresentou as razões e requereu a liberdade provisória do réu, por ser primário, possuir bons antecedentes e residir no distrito da culpa. Antes da apresentação das contra-razões pelo Ministério Público, o réu empreendeu fuga, levando o juiz sentenciante a julgar deserto o recurso da defesa, mesmo após a recaptura.

Com relação à situação hipotética apresentada e à temática a ela pertinente, assinale a opção correta.

- A Contra a decisão que rejeita a denúncia cabe o recurso em sentido estrito, que, na hipótese, tem efeito suspensivo.
- B O recurso de apelação, em desfavor de sentença condenatória, não pode ser interposto por meio de manifestação por cota nos autos, mesmo com a assinatura do réu e de seu defensor.
- C Não tem direito a liberdade provisória para apelar o réu que, preso em flagrante delito, nessa condição permaneça durante o curso do processo, vindo a ser condenado.
- D Não pode ser declarada a deserção da apelação se o réu empreende fuga após haver apelado, mas é recapturado antes do julgamento do recurso.
- E Cabe carta testemunhável contra decisão que julgar deserta a apelação.

QUESTÃO 45

Julgue os itens a seguir, concernentes a prisão e liberdade provisória.

- I Considere a seguinte situação hipotética.
Júlio foi preso em flagrante, tendo a autoridade policial o indiciado como incurso no art. 16 da Lei n.º 6.368/1976 (uso de entorpecente), concedendo-lhe liberdade provisória mediante fiança. O órgão do Ministério Público apresentou denúncia, imputando a Júlio a prática do crime tipificado no art. 12 da referida lei (tráfico de entorpecente).
Nesse caso, o juiz, recebendo a denúncia, deverá cassar a fiança.
- II A fiança poderá ser concedida, nos casos em que a lei a admite, após a sentença condenatória e por ocasião da interposição dos recursos especial e extraordinário.
- III A afiançabilidade de infração penal, após prolação da sentença condenatória, verifica-se em função da pena aplicada *in concreto*.
- IV Não é possível a decretação de prisão preventiva nos crimes apenados com detenção.
- V Anulado o auto de prisão em flagrante por vício de forma, não pode o magistrado decretar, de ofício, a prisão preventiva, mesmo diante da presença dos requisitos legais autorizadores da custódia cautelar.

Estão certos apenas os itens

- A I e II. C II e IV. E IV e V.
B I e III. D III e V.

QUESTÃO 46

Dentro do prazo decadencial, Vênus apresentou perante a autoridade policial representação criminal contra Tibúrcio, delatando ter sido vítima de estupro. Na oportunidade, apresentou prova de sua miserabilidade jurídica. Instaurado inquérito policial, apurou-se que Luís teria participado do evento delituoso em companhia de Tibúrcio, auxiliando-o. Sete meses após a representação, o órgão do Ministério Público ofertou denúncia contra Tibúrcio e Luís, imputando-lhes a prática do crime de atentado violento ao pudor, em concurso de pessoas. Antes do recebimento da denúncia, Vênus apresentou renúncia à representação. Apesar da retratação, o juiz recebeu a denúncia, alterando, entretanto, a capitulação dada à infração penal pelo órgão ministerial.

Em face dessa situação hipotética e de situações correlatas, assinale a opção correta.

- A A ausência de representação contra um dos co-autores, que veio a ser descoberto após a sua apresentação pela ofendida, impede que o órgão do Ministério Público o inclua na denúncia.
- B O órgão do Ministério Público não pode oferecer denúncia com capitulação jurídica diversa da apresentada na representação criminal pela ofendida.
- C Ocorreu a decadência na ação penal, porque o órgão do Ministério Público ofereceu a denúncia após transcorridos mais de seis meses da representação da ofendida.
- D Na ação penal pública condicionada à representação, a retratação só é possível até a data do oferecimento e não do recebimento da denúncia.
- E O magistrado agiu corretamente quando, no despacho de recebimento da denúncia, discutiu e alterou a capitulação jurídica dada pelo órgão ministerial.

QUESTÃO 47

Em cada uma das opções abaixo, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

- A Instaurou-se inquérito policial para apurar o crime de bigamia. Durante as investigações, a autoridade policial tomou conhecimento da existência de uma ação de anulação de casamento proposta pelo indiciado no juízo cível. Nessa situação, suscitada a controvérsia e verificando a autoridade policial que a dúvida a respeito da questão é séria e fundada, deverá suspender o inquérito policial até a conclusão da ação civil.
- B O órgão do Ministério Público ofereceu denúncia em desfavor de um indivíduo. Recebida a denúncia e designado o interrogatório, com citação do réu, verificou-se que a vítima era amiga íntima do magistrado que presidia o processo-crime. Nesse caso, cabe ao réu argüir a exceção de suspeição do juízo, logo após o interrogatório ou na defesa prévia.
- C Após praticar um roubo na Comarca X, Júnior foi perseguido por policiais e preso na Comarca Y, local onde foi lavrado o auto de prisão em flagrante. A autoridade policial que presidiu o auto comunicou a custódia ao magistrado da Comarca Y. Ao ter vista da comunicação e das peças informativas, o órgão do Ministério Público da Comarca Y apresentou denúncia em desfavor de Júnior, que foi recebida. Nesse caso, a defesa pode argüir a exceção de incompetência *ratione loci* a qualquer tempo, por tratar-se de nulidade absoluta.
- D Foi instaurado inquérito policial para apurar a autoria de um latrocínio. Após efetuar várias diligências, a autoridade policial indiciou um indivíduo, que, ao ser interrogado, confessou a autoria do crime. No interrogatório, surgiu dúvida razoável acerca da integridade mental do indiciado, capaz de torná-lo inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato. Nesse caso, caberá à autoridade policial, *ex officio*, determinar a instauração do incidente de insanidade mental do indiciado.
- E Aldo foi indiciado em inquérito policial pela prática de crime de sonegação fiscal. A autoridade policial representou pela decretação do seqüestro de dois imóveis de propriedade do indiciado, sob o argumento da existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens. Após manifestação do Ministério Público, a autoridade judiciária decretou o seqüestro, ordenando a sua inscrição no registro de imóveis. Nessa situação, cabe recurso de apelação, com efeito devolutivo, contra a decisão concessiva do seqüestro.

QUESTÃO 48

Acerca do processo dos crimes de competência do júri, assinale a opção correta.

- A Ao prolatar sentença de pronúncia, o juiz deve proceder análise da prova de forma comedida, sem aprofundar-se no exame de provas e emitir juízo de certeza sobre a autoria, materialidade e teses defensivas.
- B As nulidades porventura ocorridas na instrução criminal dos processos de competência do tribunal do júri podem ser argüidas até o início do julgamento em plenário.
- C No procedimento dos crimes de competência do tribunal do júri, as alegações finais são imprescindíveis, sob pena de nulidade absoluta.
- D Havendo pronúncia por crime da competência do júri, pode o juiz impronunciar o réu quanto ao delito conexo que, originariamente, não era da alçada do tribunal popular.
- E Ofende a soberania do tribunal do júri a exclusão, na sentença de pronúncia, de qualificadora apontada na denúncia, mesmo quando manifestamente improcedente.

QUESTÃO 49

Com esteio em peças de informação comprovando a materialidade e indícios da autoria do crime, o órgão do Ministério Público ofereceu denúncia em desfavor de Raul. O juiz recebeu a exordial acusatória, sem fundamentar, designando o interrogatório e determinando a citação do réu e a notificação do Ministério Público. Citado, Raul compareceu em juízo e foi interrogado, deixando a autoridade judiciária de nomear-lhe curador, por ter ele completado 21 anos no dia anterior ao ato processual. O defensor constituído de Raul não foi notificado para o interrogatório, mas somente para a apresentação da defesa prévia, deixando escoar *in albis* o tríduo legal. Após a inquirição das testemunhas arroladas na denúncia, na fase de diligências (art. 499, CPP), a defesa requereu a oitiva de três testemunhas não-arroladas na defesa preliminar, pleito que foi indeferido pelo magistrado com fundamento na intempestividade.

Considerando a situação hipotética acima e a legislação a ela pertinente, julgue os itens que se seguem.

- I O inquérito policial é peça imprescindível para o oferecimento da denúncia, sob pena de nulidade da ação penal.
- II Com o advento da atual Carta Política, que determina que todas as decisões devem ser fundamentadas, o despacho que recebe a denúncia necessita estar motivado, sob pena de nulidade, por revestir-se de conteúdo decisório.
- III A menoridade do réu, para efeito de nomeação de curador, deve ser aferida à data do interrogatório e não à data da prática do crime.
- IV Por ser um meio de defesa, a falta de notificação do defensor para acompanhar o interrogatório do réu configura o seu cerceamento, trazendo a nulidade do processo.
- V Configura cerceamento de defesa o indeferimento pelo magistrado, na fase do requerimento de diligências, de pedido de oitiva de testemunhas não-referidas no sumário.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0. B 1. C 2. D 3. E 4.

DIREITO COMERCIAL

QUESTÃO 50

Francisco, servidor público, adquiriu, da sociedade Barbosa e Silva Revenda de Produtos Eletrônicos Ltda., três computadores para uso pessoal: um para si próprio, outro para sua esposa e o terceiro para seu filho. Antes mesmo de utilizar um dos aparelhos, decidiu Francisco aliená-lo. Foi o computador, portanto, vendido para Roberto. Ainda dentro do prazo de garantia, os três aparelhos apresentaram defeito.

Em face das regras constantes no Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (CDC), relativamente à situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A Caso o contrato celebrado entre Francisco e Roberto contenha cláusula que atribua a Roberto, comprador, o ônus da prova de qualquer vício do produto, essa cláusula será considerada válida, haja vista a não-aplicação do CDC a essa relação jurídica.
- B Caso seja comprovado que o vício do produto é de fábrica, a sociedade Barbosa e Silva não terá qualquer responsabilidade pelos prejuízos daí resultantes.
- C Caso seja comprovado que o vício do produto é de fábrica, a sociedade Barbosa e Silva somente poderá ser responsabilizada subsidiariamente, após esgotados os meios para a cobrança da dívida do fabricante do produto.
- D Caso Francisco proponha ação contra a sociedade Barbosa e Silva e não sejam localizados bens pertencentes a ela, poderá ser aplicada a teoria da desconsideração, desde que demonstrada a intenção dos sócios da referida sociedade em fraudar credores.
- E Tratando-se de vício de produto, Francisco poderá propor ação apenas contra a sociedade Barbosa e Silva, e, provando-se o vício de fábrica do produto, essa sociedade terá ação contra o fabricante.

QUESTÃO 51

Cláudio emitiu, no dia 15/5/2001, cheque nominal em favor da sociedade comercial Tecidos Araguaia Ltda. No título, foi lançada a data 15/6/2001. A sociedade beneficiária endossou o título para terceiro.

Em face desse quadro hipotético, assinale a opção correta.

- A Se o cheque vier a ser apresentado ao banco antes do dia 15/6/2001, não poderá o banco efetuar seu pagamento, ainda que haja fundos disponíveis na conta-corrente de Cláudio.
- B Caso o título seja apresentado ao sacado fora do prazo legal para apresentação e não seja pago, perderá o endossatário ação cambiária contra o emitente e contra o endossante.
- C Se a apresentação do cheque ao sacado antes da data fixada causar prejuízos ao emitente, é cabível uma ação proposta por Cláudio por perdas e danos contra a Tecidos Araguaia Ltda. por violação do acordo firmado.
- D Se o cheque for apresentado ao banco fora do prazo legal para pagamento e não for pago, somente será cabível ao endossatário propor ação cambiária contra o endossante, mas não contra o emitente.
- E A emissão de cheque pré-datado é prática ilícita e, portanto, a data futura não produzirá nenhum efeito jurídico válido.

QUESTÃO 52

Relativamente aos institutos da falência e da concordata, assinale a opção correta.

- A O princípio da universalidade afeta a ambos os institutos.
- B São mecanismos utilizados para a recuperação econômica das empresas.
- C Somente serão aplicáveis a comerciantes registrados em juntas comerciais.
- D Será competente para a concessão da concordata preventiva o juízo que seria competente para a falência.
- E Possuem legitimidade para requerer falência as mesmas pessoas legitimadas a requerer concordata.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 53

Julgue os itens a seguir, relativos às receitas públicas.

I Considerando que o estado de Roraima pretendesse elevar o valor cobrado a título de pedágio em determinada rodovia estadual, então poderia implementar a medida por meio de ato administrativo-normativo, haja vista a referida receita pública ter a natureza de preço público, não se subsumindo a sua cobrança à restrição decorrente da aplicação do princípio da legalidade.

II Considere a situação hipotética a seguir.

Embora alarmado com a crise no setor elétrico, o governo federal decidiu não implementar os chamados *apagões*, por meio dos quais o fornecimento de energia elétrica seria interrompido em áreas alternadas das cidades brasileiras. Optou-se, então, pela elevação, no percentual de 50%, do preço da energia elétrica consumida acima de um patamar mínimo, previamente definido. Definiu-se, ainda, que o valor apurado em face dessa elevação não constituiria receita das respectivas concessionárias, fornecedoras de energia elétrica, mas seria repassado à União, como receita pública vinculada, destinada especificamente à construção de novas hidrelétricas.

Nessa situação, a receita pública apurada terá a natureza de imposto, de modo que, tratando-se de exação não-prevista na Constituição da República, sua instituição, de atribuição privativa da União, deverá ser implementada por meio de lei complementar.

III Considere a situação hipotética a seguir.

Objetivando aprimorar o conhecimento jurídico dos respectivos filiados, a associação dos promotores e procuradores de justiça de determinado estado da Federação instituiu uma fundação, destinando-lhe patrimônio suficiente ao mister de gerar recursos com a finalidade de promover cursos e custear os estudos, nos níveis de mestrado e doutorado, de membros do Ministério Público. Alguns meses após a aprovação dos estatutos da fundação e da subsequente posse dos membros da diretoria e dos conselhos curador e fiscal, a União instituiu, mediante lei complementar, empréstimo compulsório destinado a angariar recursos para investimento público, de caráter urgente, no setor de produção de energia elétrica.

Nessa situação, a fundação novel poderá ser enquadrada como sujeito passivo do empréstimo compulsório.

IV Considerando que a União seja proprietária de imóveis localizados no município de Boa Vista – RR, então é defeso àquela municipalidade cobrar imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU) relativamente aos imóveis da União, embora seja lícita a sujeição passiva desse ente federativo à incidência de taxa de limpeza pública instituída pelo mesmo município.

V Considere a situação hipotética a seguir.

A União instituiu tributo cujo lançamento se operaria por homologação, definindo a respectiva lei que o prazo para a prática desse ato pela administração fiscal seria de cinco anos, após o qual seria considerado tacitamente homologado o lançamento. Ocorre que, durante todo o período de incidência dessa exação, sempre se operou a homologação tácita dos sucessivos lançamentos.

Nesse caso, a pretensão de a fazenda pública cobrar os créditos tributários lançados dessa forma prescreve no prazo de cinco anos, cujo termo inicial é o termo final do prazo para a homologação do lançamento.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1. B 2. C 3. D 4. E 5.

QUESTÃO 54

Com relação ao crédito tributário, assinale a opção **incorreta**.

A Considere a situação hipotética a seguir.

A empresa Alfa requereu a falência da empresa Beta, em face do seu inadimplemento em pagar à credora uma dívida de R\$ 20.000,00. Nomeado o síndico da massa falida, este noticiou ao juízo a existência de execução fiscal contra a empresa Beta, em curso perante a justiça federal, ajuizada pela União anteriormente à decretação da falência.

Nessa situação, a regra relativa à universalidade do juízo falimentar não alcança a execução cujo objeto seja o pagamento de crédito tributário, de modo que o processo de execução em referência seguirá afeto à competência do juízo no qual foi instaurado. Ademais, a competência para processar a falência não será deslocada para a justiça federal.

B Considere a situação hipotética a seguir.

Caio vendeu a Jairo um imóvel de uso comercial. A respectiva escritura pública foi lavrada em 2/3/2001, sendo apresentada ao registro imobiliário em 21/5/2001. Ocorre que, em 16/4/2001, a fazenda pública nacional ajuizou execução fiscal contra Caio, em face da inscrição de crédito tributário relativo à incidência do imposto sobre a renda. No curso do processo, apurou-se que o executado não dispunha de bens que viabilizassem o pagamento do seu débito.

Nessa situação, o imóvel alienado a Jairo poderá ser penhorado e praceado, para efeito de apuração do valor necessário ao pagamento do crédito fiscal.

C Considere a situação hipotética a seguir.

Citado para efetuar o pagamento de crédito fiscal no valor de R\$ 25.000,00, o executado interpôs exceção de preexecutividade, demonstrando documentalmente haver efetuado o pagamento da dívida. Intimada para se manifestar sobre a exceção, a fazenda nacional reconheceu a pertinência do pagamento, mas demonstrou ter sido este efetivado quando o sujeito passivo já se encontrava em mora. Informou, destarte, haver providenciado a anulação da inscrição do débito e apresentou nova certidão de dívida ativa, no valor de R\$ 1.200,00 — apurado em decorrência da mora —, requerendo a substituição da certidão que originara o processo de execução.

Nessa situação, o procedimento da exequente deverá ser admitido pelo juízo da execução, mas deverá ser devolvida ao executado a oportunidade de ofertar bens à penhora e a consequente faculdade de opor embargos.

D É defeso aos estados conceder moratória de tributos municipais. Afinal, a moratória geral enseja a extinção dos créditos tributários, de modo que só pode ser concedida pelo poder público competente para instituir o tributo a que se refira.

E Considere a situação hipotética a seguir.

Durante os últimos dez meses em que esteve em atividade, a empresa Ômega pagou o ICMS à alíquota majorada em 5% do patamar até então praticado, em conformidade com lei estadual que regulou a matéria. Posteriormente, a referida lei foi declarada inconstitucional pelo STF.

Nessa situação, a empresa Ômega poderá obter a restituição dos valores pagos indevidamente, estando satisfeitos os requisitos legais, uma vez que já não prevalece o entendimento sumulado do STF no sentido de que, “embora pago indevidamente, não cabe restituição de tributo indireto”.

QUESTÃO 55

Julgue os seguinte itens, relativos ao direito tributário.

I Considerando que, no curso de uma execução fiscal, seja apurada a existência de alienação fiduciária em garantia, dada pelo executado em favor da instituição financeira credora, então o automóvel objeto dessa alienação poderá ser leiloado, para efeito de apuração do crédito tributário exequendo, já que este se sobrepõe ao direito da instituição privada credora.

II Considere a situação hipotética a seguir.

Um indivíduo foi executado por dívida contraída com uma instituição financeira. No curso da execução, foi penhorado e praceado um imóvel comercial do devedor, tendo sido apurado e divulgado, antes da realização da hasta pública, a existência de créditos tributários relativos ao IPTU, no valor de R\$ 8.000,00. O imóvel foi, então, arrematado por R\$ 200.000,00.

Nessa situação, os créditos tributários não se sub-rogarão na pessoa do respectivo arrematante.

III Considerando que o estado de Roraima, quando de sua criação, não dispusesse de legislação própria para efeito da incidência do ICMS, então, ao instituir a exação, a lei estadual respectiva, entre outros elementos, haveria de definir seus contribuintes e dispor sobre substituição tributária.

IV Em sede de execução de dívida ativa do fisco estadual, a responsabilidade pessoal do sócio gerente de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, decorrente de atos praticados com excesso de mandato, não atinge a meação de sua mulher.

V Em uma situação jurídica de imunidade tributária, o fato gerador ocorre, instaura-se a relação jurídica tributária, nasce a obrigação tributária e o tributo é devido, mas a norma jurídica dispensa o seu pagamento.

Estão certos apenas os itens

A I e II.

D III e V.

B I e III.

E IV e V.

C II e IV.